



Perspectivas e desafios no ensino na área de Pastoral

Rev. Carlos Eduardo B. Calvani*

Na preparação desta palestra, recorri às grades curriculares de alguns seminários protestantes e católicos que conheço, com o objetivo de verificar como se estrutura a área de pastoral nessas instituições de ensino. Após um exame comparativo, pude apontar algumas observações gerais, que passo a destacar, a título de introdução:

- a) Em primeiro lugar, é grande a confusão quanto à terminologia aplicada para essa área. Alguns seminários usam a expressão "Teologia Pastoral"; outros, "Teologia Prática", e outros, ainda, "Teologia aplicada". Preferimos aqui, utilizar a expressão "Teologia Pastoral"
- b) Em alguns casos a ementa das disciplinas contidas no eixo de Pastoral ou Teologia Prática mistura definições dogmáticas com sugestões práticas.
- c) Parece haver certo consenso de que a área engloba aquelas disciplinas que dizem respeito à prática que os/as alunos/as desenvolverão nas igrejas após o curso (administração eclesiástica, aconselhamento pastoral, treinamento de lideranças, pregação, educação cristã, culto e liturgia, motivação para evangelização e missão, diaconia, etc).

Em linhas gerais, podemos dizer então, que trata-se de uma área voltada para a práxis. A pastoral tem como tarefa, aprofundar (criticamente, é óbvio), a relação do processo de educação teológica com a vida cotidiana da Igreja, com tudo aquilo que acontece no cotidiano das comunidades locais – os serviços religiosos, as práticas evangelísticas, missionárias e diaconais, o trabalho homilético, os processos catequéticos, a administração eclesiástica e o aconselhamento pastoral. A área de pastoral, enfim, lida com o agir da Igreja (tanto o clero como o povo) no mundo.

O desprezo pela Pastoral

De certo modo, durante algum tempo essa área foi relegada em alguns seminários como mero apêndice da teologia bíblica e sistemática. Isso se refletia, por exemplo, no processo de escolha de professores. Em geral, quando se seleciona alguém para ser professor na área de bíblia ou teologia, busca-se alguém com boa formação acadêmica, preferencialmente com alguma pós-graduação. Já ao escolher professores para a área de pastoral, entendia-se que era preciso chamar algum pastor "experiente", com reconhecido sucesso evangelístico, eloqüência ou capacidade

* Coordenador do Centro de Estudos Anglicanos.



administrativa para repassar sua experiência aos alunos. Entendia-se que os professores das demais áreas deveriam ser especialistas acadêmicos, mas que essa exigência poderia ser dispensável aos professores da área de pastoral. Desse modo, a teologia prática subsistia (ou ainda subsiste) em alguns seminários como uma espécie de gata-borradeira da Teologia, uma irmã menor, desprezada pelas áreas consideradas "mais nobres" (Bíblia e Sistemática).

Hoje, porém, vivemos um momento em que alguns seminários finalmente compreenderam que as disciplinas pertencentes a essa área não podem ser ministradas apenas como cursos profissionalizantes pragmáticos, que tratam meramente de fornecer ao clero técnicas para desenvolver habilidades em áreas como a homilética, aconselhamento pastoral, e a administração eclesial, tampouco como disciplinas que ignorem o papel da razão e do pensamento no processo de construção epistemológica.

Aos poucos, os seminários vão se apercebendo que devem ser uma caixa de ressonância das diferentes pastorais que vão surgindo nas bases e dialogar com elas. E que, por sua vez, as pastorais locais devem ser animadas, inspiradas e respaldadas teologicamente pela teologia prática ensinada nos seminários e centros de formação. A teologia pastoral torna-se, assim, a interlocutora das práticas pastorais do povo de Deus. Reflete sobre essas práticas, avalia-as e busca estabelecer critérios para a legitimidade das mesmas. Novamente, não deixam de surgir, às vezes, conflitos com outras áreas. Dei aula num seminário, por exemplo, em que nos cultos semanais na capela havia sermão de prova dos alunos de homilética, e esses sermões eram comentados ali mesmo, logo após o culto, por professores da área de Bíblia e de Teologia Sistemática. A experiência durou certo tempo, mas não prosseguiu, principalmente porque no momento das avaliações alguns professores reprovavam a interpretação bíblica do aluno (sobretudo a exegese) ou, no caso dos colegas da área de Sistemática, sempre procuravam algum ponto doutrinário que não havia ficado muito claro na pregação. E isso não humilhava apenas o aluno, mas também seus professores de homilética que reclamavam que um sermão ou homilia não é uma aula de teologia nem de exegese.

Atualmente a Teologia Pastoral tenta estabelecer critérios próprios para investigar as práticas do cotidiano desde um ponto de vista teológico oriundo do seu próprio âmbito e refletir sobre essas práticas. Naturalmente, essa busca de critérios próprios não isenta ninguém da necessária interdisciplinaridade tão defendida hoje pela pedagogia. Em todo caso, a teologia pastoral está tentando ainda construir critérios próprios até mesmo a fim de contribuir também com as áreas de Bíblia e Sistemática. Mas apesar de lidar com assuntos do cotidiano da vida da igreja (e a igreja existe há dois mil anos), as disciplinas que hoje compõem o que se chama Teologia Pastoral sempre ficaram meio soltas e desconjuntadas nos currículos teológicos. Porém, gradativamente cresce a consciência de que é preciso conferir a essa área maior atenção e investimento. Essa conscientização deve-se ao



fato de que, em diversos ambientes da América Latina, a práxis tornou-se o lugar epistemológico privilegiado para a elaboração teológica. Afirmar o primado da práxis significa valorizar o cotidiano, as práticas desenvolvidas pelas comunidades visando à transformação das pessoas e da sociedade.

Teologia Pastoral tem a ver com a Práxis

Cabe aqui uma breve consideração sobre o sentido de práxis. Esta não deve ser confundida com mero ativismo; práxis é a ação refletida e continuamente auto-reflexiva. Trata-se de um "fazer" refletido que busca avaliar continuamente o que se faz a fim de corrigir erros ou aperfeiçoar modelos de ação. Não é, porém, um mero "fazer" individualizado. Mais do que isso, é um "fazer coletivo", ou seja, um agir que, embora animado por indivíduos, envolve uma comunidade e traz conseqüências para a sociedade na qual essa comunidade se insere. Mas exatamente por não ser mero ativismo para ocupação do tempo ou um agir que visa resultados imediatos (o crescimento explosivo da Igreja, por exemplo), é que hoje em dia fala-se tanto em interdisciplinaridade nos currículos acadêmicos. Em qualquer currículo teológico sempre há um corpo de disciplinas não diretamente teológicas, mas consideradas disciplinas auxiliares, que dão inteligibilidade e objetividade à práxis. É o caso da Sociologia, Antropologia, Didática e Psicologia. Estuda-se Sociologia e Sociologia da Religião em alguns seminários a fim de compreender os grupos sociais e o modo como esses grupos interagem conflitivamente na sociedade, o peso da ideologia e a importância dos atores sociais; estuda-se Antropologia Cultural, sobretudo para compreender o dinamismo da cultura na qual se situa a igreja; estuda-se Psicologia, a fim de proporcionar ao



aluno uma visão ainda que mínima dos nossos condicionamentos psíquicos, da psiquê do/a próprio/a aluno/a que virá a ser pastor/a e de como isso afeta a vida religiosa e a vida comunitária. Assim, a Teologia Prática ou Pastoral tem buscado parcerias com disciplinas próprias de outras áreas do conhecimento humano, a fim de melhor compreender os processos dinâmicos e conflituos que acontecem nas comunidades, ali onde o povo cristão realmente vive e celebra sua fé. Desse modo, a teologia pastoral tem se preocupado em tomar a prática das comunidades como matéria-prima da reflexão. Desse modo é, ao mesmo tempo, uma teologia da práxis, mas também uma teologia para a práxis.

A palavra "práxis" pode ser entendida em pelo menos três dimensões que devem ser contempladas pela área:

a) A dimensão pessoal-existencial. Trata-se aqui da necessidade de formar o aluno/a para que saiba lidar com diferentes tipos de pessoas e com as pressões advindas de eventuais conflitos. Nesse caso, deve haver uma preocupação primeiramente de tipo socrático: "conhece-te a ti mesmo". Por isso alguns seminários dão bastante ênfase em disciplinas como espiritualidade, psicologia e auto-conhecimento. É um modelo que prioriza a formação e o equilíbrio do agente mobilizador da práxis pastoral.

b) A dimensão sócio-política. Visa capacitar o/a estudante para que saiba lidar com a vida pública, que perceba o peso das ideologias no cotidiano, das lutas políticas e a influência da economia na vida da sociedade.

c) A dimensão eclesial. Tem sido a maior preocupação em muitos seminários: formar o/a estudante para que saiba lidar com assuntos internos da comunidade à qual vai servir – a administração, o conhecimento dos cânones, os processos de discipulado e integração de novos membros, o treinamento de lideranças, a educação cristã, o aconselhamento em situações de crise, a liturgia, evangelização e missão. Sem dúvida é uma importante dimensão do processo formativo, mas essa não pode ser a única preocupação da área de Pastoral nos Seminários, pois se assim o fizermos, correremos o risco de formar estudantes aptos/as para lidar apenas com questões internas da Igreja, mas totalmente despreparados/as para os assuntos do cotidiano *extra ecclesia*.



Quando a dimensão eclesial é superenfaticada e não manifestamos preocupação suficiente com a formação e transformação do caráter ou em preparar a pessoa para a vida e as pressões inevitáveis da vida pastoral, para as tensões políticas que vai enfrentar nas comunidades locais e paróquias, o seminário passa a funcionar como uma espécie de SENAI ou SESI – “preparando trabalhadores para a indústria”. Ou seja, será um ensino meramente técnico.

Desse modo, a tendência sadia em muitos seminários atualmente é tentar corrigir antigos reducionismos. Alguns currículos ora insistem na concentração no indivíduo, esquecendo-se que este vive em sociedade e que esta também deve ser transformada; outras vezes, o currículo reduz-se ao nível eclesial, societário, guetizado, priorizando a formação de técnicos. Mas observa-se também certa tensão resultante do conflito com professores de outras áreas já tradicionalmente estabelecidas que julgam estar perdendo espaço, uma vez que têm suas cargas horárias reduzidas a fim de contemplar demandas e necessidades da área de pastoral.

“Pastor/a” ou “Teólogo/a” ?

Um fato bastante observado no âmbito da educação teológica é o perene conflito entre a pastoral praticada nas igrejas locais e a formação oferecida nos seminários. Dei aula num seminário anos atrás que vivia diariamente esse conflito com as comunidades locais. Essas acusavam o seminário de formar “teólogos”, mas de não formar “pastores”. Devo reconhecer que na época, de fato, o peso maior do currículo daquele seminário priorizava a formação acadêmica na área de Bíblia e Teologia Sistemática. A pastoral era relegada a segundo plano e o rodízio de professores da área era constante, impedindo a formulação de um programa contínuo de ensino. O próprio processo de contratação de professores/as para a área de pastoral não seguia o mesmo rigor aplicado às demais áreas. Sempre que um professor da área saía do seminário por algum motivo, o colegiado reunia-se para discutir quem iria assumir determinada cadeira. E às vezes a cadeira vaga era ocupada por algum colega da área de Bíblia ou Teologia Sistemática que estava precisando reforçar seu orçamento com algumas aulas a mais, ou então convidava-se algum pastor para transmitir sua experiência aos alunos.

Devemos reconhecer que esse conflito entre as expressões “pastor” e “teólogo”, muitas vezes é estimulado pelo próprio seminário. Padecendo de um complexo de inferioridade pelo fato de a teologia ter demorado muito tempo para ser reconhecida como um saber digno de ocupar lugar próprio num ambiente universitário, alguns seminários tentavam estimular a formação de acadêmicos a fim de provar sua competência científica e a menosprezar os aspectos práticos da formação. Um professor de determinado seminário de outra denominação chegou a dizer que o corpo docente teve que parar certa ocasião pra discutir esse assunto porque o ensino havia chegado a um ponto de academicismo tão fechado que alguns professores – que



também eram pastores, diga-se de passagem – ridicularizavam práticas como a evangelização e a oração. O uso de expressões corriqueiras do vocabulário cotidiano das igrejas tais como “anunciar a Cristo” ou “falar de Jesus” eram ouvidas com desdém, como se isso fosse linguajar próprio de incultos. E tenho observado, de fato, que em alguns círculos acadêmicos de teologia, sempre há certo constrangimento entre docentes quando alguém resolve testemunhar alguma experiência espiritual ou simplesmente quando se diz: “vamos orar?” Essas práticas cotidianas, tão valorizadas na vida das comunidades, parece não encontrar lugar de repouso em alguns seminários. Não é à toa que muitas comunidades locais reclamem que o/a jovem enviado para o curso de teologia voltou para a igreja com um vocabulário incompreensível, arrogante e com ares de superioridade. Em muitos casos, os próprios seminários estimulam esse comportamento. Temos, portanto, uma necessidade urgente de refletir honestamente sobre a relação adequada entre a teologia acadêmica e a prática da fé. Em muitos casos, a teologia dita “acadêmica” tem se afastado do povo da igreja e buscado os círculos universitários eruditos. A consequência disso é uma reação hostil por parte de comunidades que acabam por pressionar as autoridades eclesiásticas que detêm o poder da ordenação, a reconhecer e ordenar leigos sem formação teológica acadêmica formal porque esses, pelo menos, falam o linguajar do povo e não vão desdenhar das práticas de espiritualidade do grupo. Um exemplo talvez possa ilustrar o que estou dizendo: em uma reunião anual de presbitério de uma igreja presbiteriana, anos atrás, o representante leigo de uma igreja local comunicou à diretoria do presbitério que sua comunidade estava sem pastor. O presidente do presbitério perguntou-lhe se já haviam definido um perfil do tipo de pastor que gostariam. O líder leigo, homem bastante simples, respondeu com toda sinceridade: “a gente prefere um que seja crente”.

Ora, se de um lado, precisamos de líderes que conheçam bem a teologia, a Bíblia, a história e a exegese, também precisamos de líderes que sejam úteis à comunidade. Ou seja, que não apenas saibam dominar conteúdos do saber teológico, mas que saibam aplicá-los adequadamente, relacionar-se de modo respeitoso com as pessoas, valorizar e acompanhar suas vivências de fé.

O desafio de uma reformulação na filosofia de ensino teológico

Essas perspectivas aqui apresentadas a respeito da área de pastoral em alguns seminários devem nos fazer refletir agora nos desafios que temos pela frente para dinamizar essa área em nossas instâncias teológicas próprias, levando em conta, naturalmente, o ethos anglicano.

Particularmente, parece-me difícil falar em “desafio” restringindo o mesmo somente à área de pastoral, porque, a meu ver, o ensino da teologia deve ser sempre interdisciplinar. Ou seja, o desafio é para todas as áreas. Até onde tenho percebido, o maior desafio que temos para o futuro da educação teológica em nossa igreja passa



pela definição de uma filosofia de ensino teológico que contemple a formação acadêmica e as dimensões da práxis.

Isso implica na necessidade de discutirmos de modo claro e objetivo, quais os objetivos e a importância do ensino teológico na Igreja e definirmos um programa de educação teológica que não precisa - nem deve - ser uniforme, mas que reflita, ao menos nos currículos dos seminários, nos programas de ensino oferecidos pelos Centros diocesanos e também nas atividades do CEA, alguns parâmetros comuns. Até onde eu sei, isso nunca chegou a ser feito - discutir uma filosofia de ensino teológico. Ou quando isso é feito, é um esforço localizado de um ou de outro seminário ou do Centro teológico de alguma diocese. Creio que devemos ficar atentos a esse fato porque nós sempre estamos prontos a combater o congregacionalismo, mas em certos momentos acabamos por praticar um modelo semelhante que poderíamos chamar de "diocesionalismo" ou regionalismo. Eu sei que corro aqui o risco de estar colocando minha cabeça na guilhotina, mas parece-me que o maior desafio que temos para fortalecer a educação teológica em nossa igreja é incentivarmos encontros e intercâmbios entre o corpo docente dos seminários e centros diocesanos a fim não de construirmos um modelo educacional e pedagógico coeso, pois não estamos formando pastores/as para âmbitos regionais, mas para a Igreja Católica, a Igreja Universal de Deus, que transcende fronteiras geográficas e culturais.

Para falar desse desafio, eu gostaria mais uma vez de me reportar ao que tenho percebido nos seminários que conheço. Na maioria dos casos, o ensino de pastoral tem sido eclesiocêntrico, técnico-repetitivo e voltado para resultados quantitativos. E a pergunta que faço a todos aqui é muito simples: qual a filosofia educacional, a política educacional das nossas instituições teológicas? Pergunto a vocês porque, se alguém de outra denominação, me pergunta isso, eu sinceramente não sei dizer com certeza qual é, se é que existe.

Não se responde a essa pergunta simplesmente apresentando nossos currículos, nossa grade curricular ou o relatório de disciplinas oferecidas pelos Centros Diocesanos para formação de lideranças.

Muitos pensam que um seminário ou centro de estudos deve simplesmente oferecer aulas, cursos regulares, ter currículo, fornecer um diploma ao final do curso, e que isso implica em ter um espaço físico adequado com salas de aula, biblioteca e um corpo docente qualificado. Mas uma Faculdade de Teologia não é feita apenas disso. A questão não é tão simples assim. Temos que ter a humildade suficiente para reconhecer a precariedade do ensino oferecido em nossos seminários e centros diocesanos, porque não se trata apenas de iniciar um curso, oferecer aulas regularmente, onde os/as estudantes "aprendem" algo, recebem um diploma ou certificado de conclusão, e todos ficam satisfeitos. Há uma pergunta básica por trás de tudo: quais os objetivos e interesses (teológicos e políticos) que estruturam esse curso?



Um currículo sempre é parte de uma tradição seletiva. É o resultado da seleção de alguém ou de alguns, da visão de um grupo acerca do que se considera conhecimento legítimo e necessário. Todo currículo é produto de tensões, conflitos e concessões políticas e econômicas. Estejamos conscientes ou não, um currículo ou o sistema educacional de um seminário ou centro diocesano é produto de um conjunto de forças que o modelam. Muitas vezes ficamos enfatizando apenas os aspectos práticos finais e operacionais do ensino teológico. Ou seja, passamos horas discutindo que, para dar aulas precisamos de dinheiro para pagar professores, manter a estrutura, a biblioteca e acreditamos que o resto acontecerá por si só! Mas poucas vezes nos sentamos para discutir honestamente uma filosofia de educação teológica a longo prazo para a IEAB, a fim de evitar a constante repetição do “efeito sanfona” que caracteriza a educação teológica em nossa igreja: o “abre-e-fecha” de Seminários, a falta de continuidade no ensino de centros diocesanos, a pulverização de recursos e, ao final de tudo, a triste constatação feita por muitos: nossa igreja está deficiente no que se refere à formação de quadros.

O professor Lourenço Stelio Rega, da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, comentou que um determinado grupo de sua denominação abriu um seminário e alardeou pela denominação que seu currículo seria o melhor de todos. Essa afirmação era respaldada na seguinte justificativa: porque o currículo foi montado a partir de uma pesquisa e comparação com currículos de vários seminários, de onde extraíram o melhor. Ou seja, a filosofia adotada, segundo ele, foi a da “tesoura e cola”.

Em outros casos, alguns seminários mudam seu currículo de acordo com a flutuação dos humores políticos dos grupos que tomam o poder na igreja. E a educação teológica fica refém dos mantenedores. Ou o seminário se adapta à linha teológica predominante ou verbas são cortadas e corre-se até mesmo o risco de intervenção ou fechamento, como já aconteceu em seminários de outras denominações. E as motivações políticas eram encobertas com justificativas econômicas ou outras.

Fato é que, em geral, há uma indefinição filosófica e pedagógica na maioria dos seminários brasileiros. Não somos apenas nós na IEAB que padecemos desse problema, por isso não devemos nos envergonhar em reconhecer essa falha. É por isso que insisto em dizer que a JUNET tem a responsabilidade de ousadamente, investir, nos próximos três anos, em encontros para discutirmos mais detalhadamente essa questão. Encontros como esse, que envolvam professores, diretores, coordenadores pedagógicos. E encontros que resultem em uma política de educação teológica planejada e contínua para que não sofra futuramente rupturas devido a eventuais oscilações dos humores teológicos do mercado ou do poder eclesiástico. Digo isso porque quem trabalha com educação sabe muito bem que um projeto pedagógico, uma filosofia educacional é algo que deve ser testado em longo prazo e não a curto e médio prazo. Ou seja, não podemos perder tempo e dinheiro mudando nossos programas teológicos a cada triênio.



O "efeito sanfona" nas instituições teológicas é a prova mais cruel de que, infelizmente, a educação teológica em nossa igreja sempre esteve ao sabor dos ventos da política eclesiástica e das questões financeiras. Seminários foram fechados no passado sob a justificativa de que "não havia vocações". A carência de vocações, porém, não é um problema primeiramente do Seminário, mas da Igreja. Além do mais, um Seminário não é apenas uma escola, mas também um centro de pesquisa, de estudo e de produção teológica. Ou seja, ainda que a Igreja viva períodos de crise vocacional, isso não justifica a extinção ou o fechamento de um Seminário. A não ser que façamos a opção de usar o dinheiro ali investido para outras atividades. Mas essa já é uma questão de política eclesiástica, e não de teologia. Por isso insisto em que, muito antes de discutirmos a aplicação dos recursos financeiros disponíveis para a educação teológica, devemos discutir a filosofia que norteia (ou que norteará) um projeto provincial contínuo e ininterrupto de ensino teológico.

Estou usando o verbo "investir" quando me refiro ao dinheiro empregado na educação teológica porque, para mim, as palavras têm uma força tremenda. Temos que parar de usar a expressão: "quanto tem sido gasto em educação teológica?" Não sei se devido ao fato de ser um apaixonado pela educação teológica, mas para mim, nós não "gastamos" em educação teológica. Nós investimos. Investimos no futuro da Igreja, na formação das lideranças. E os recursos aí despendidos, se bem orientados, nunca são "gastos", sempre são investimentos que trarão retorno.

Questões abertas

Não ousou falar em conclusão, mas apenas deixar algumas questões abertas para debate:

- a) Precisamos pensar numa Filosofia educacional para os seminários, respeitando as diferenças culturais (modelo residencial ou com aulas na parte da noite) e as diferenças no próprio corpo discente (faixa etária, formação acadêmica, etc). Isso significaria manter a autonomia própria de cada seminário, mas buscar esforços conjuntos porque estamos servindo à mesma igreja.
- b) A JUNET precisa assumir seu papel real de instância que **coordena** a educação teológica também nos centros diocesanos, em parceria com o bispo diocesano, e não apenas como órgão que dá dinheiro todo mês e espera um relatório anual da aplicação dessa verba. Isso significa articular também as iniciativas educacionais dos centros diocesanos, novamente respeitando suas peculiaridades. E criar mecanismos de acompanhamento e avaliação dos processos de formação teológica desenvolvidos pelas dioceses.



c) É preciso pensar também na formação e adaptação (alguns não gostam da palavra "reciclagem" teológica) de pastores e padres oriundos de outras igrejas. Boa parte do nosso clero hoje é composta de pessoas que já tiveram alguma experiência pastoral anterior. Muitos são bons pregadores e administradores e julgam-se preparados para assumir imediatamente algum posto na Igreja. Mas temos percebido que a maioria demora um pouco para assimilar o *ethos* anglicano que é diferente do mundo protestante e do mundo católico. Solicitam diminuição nos prazos canônicos para conseguirem logo o reconhecimento oficial de seu ministério, o que equivale a estar o mais rápido possível nas instâncias de poder. Como a JUNET tem visto essa situação que tende a aumentar? É possível pensar num currículo mínimo para a educação teológica de pessoas que se enquadram nessa categoria e que seja aplicável a todas as dioceses?

Finalmente, creio que o grande desafio para a área de teologia pastoral em nossa Igreja reside na tentativa de compor um modelo educacional baseado não apenas na informação, na transmissão de conteúdos, mas na formação da pessoa (aluno/a) para ser agente de transformação da sociedade e de indivíduos. Isso exigirá, naturalmente, volto a dizer, um esforço amplo e interdisciplinar da nossa parte, em compor um modelo educacional coerente com o *ethos* anglicano, com nossa tradição litúrgica e sacramental, com nossa ética flexível, com nosso espírito aberto à pesquisa e com a inclusividade que deve nos caracterizar. Mas, sobretudo, pautado pelo desejo de servir a Deus e ao próximo. Afinal, é para isso que serve toda teologia.